

Decolagem de emergência

Rogério L. Furquim Werneck*

Antes tarde do que nunca. Afinal caiu a ficha. O governo percebeu quão equivocado estava ao prever que a crise econômica mundial chegaria ao Brasil como simples marolinha. Os primeiros vagalhões deram ao Planalto o choque de realidade que faltava. A boa notícia, portanto, é que o governo já não está entregue ao autoengano e agora consegue descortinar com mais nitidez as reais proporções da crise que terá de enfrentar. A má notícia é que o clima de alarme que afinal se instalou em Brasília não chegou ainda a deflagrar a mobilização que seria desejável para corrigir deficiências da tripulação e criar condições para uma contenção eficaz dos danos que a crise poderá impor ao País nos próximos dois anos. A prioridade é outra. Tendo constatado que a crise promete ser muito mais séria do que parecia, o governo vem concentrando esforços numa operação de emergência, montada às pressas, para assegurar decolagem antecipada da candidatura governista.

Como bem se sabe, a ideia original era uma ascensão suave e natural da candidatura Dilma Rousseff, num final de mandato apoteótico, marcado por crescimento econômico rápido e farta expansão do gasto público. Mas o governo já entendeu que esse cenário, por atraente que fosse, se tornou completamente fantasioso. E, como agora teme que as condições se tornem cada vez mais adversas ao longo dos próximos meses, decidiu que a decolagem da candidatura terá de ocorrer tão logo quanto possível. Antes que a tempestade se abata com toda força e a pista se feche. Só Deus sabe por quanto tempo.

Não se pode dizer que o cálculo político que dá respaldo a tal plano seja disparatado. É natural que, nas atuais circunstâncias, o Planalto se veja tentado a aproveitar seus 84% de apoio popular para tentar, enquanto pode, dar à candidatura Dilma Rousseff o empuxo que lhe falta para alçar vôo. O que o governo talvez esteja subestimando são os riscos envolvidos na operação. A decolagem de emergência pode se revelar mais difícil do que se espera e deixar a candidata aquém do limiar requerido para torná-la competitiva. O risco maior, contudo, não está na decolagem, mas na presunção de que, tendo decolado, a candidatura não terá problemas de sustentação, por mais adversa que seja a crise. Pode não ser fácil manter a candidatura no ar em meio à tempestade.

O governo aposta na hipótese de que o combate à crise dará à ministra Dilma Rousseff a visibilidade requerida para viabilizar sua candidatura. Poderia até ser, estivesse o governo disposto a jogar um jogo menos voluntarista e mais franco, que lhe permitisse de fato conduzir a sociedade no enfrentamento das inevitáveis dificuldades que o País tem pela frente. Por enquanto, contudo, a visão mais realista que o governo tem da

crise só produziu mudanças na sua estratégia eleitoral. Na condução da política econômica, o discurso continua autista. É lamentável, por exemplo, que, a essa altura dos acontecimentos, o ministro da Fazenda ainda declare que continua trabalhando com um cenário em que o PIB cresce 4% este ano. Quando esse voluntarismo imediatista for confrontado com a dura realidade dos dados que serão divulgados nos próximos meses, e a opinião pública se sentir ludibriada, é improvável que o desempenho do governo na condução da crise seja bem avaliado.

Para a ministra Dilma Rousseff, será muito difícil desempenhar simultaneamente os dois papéis que agora lhe atribuem. Nos últimos anos construiu-se a imagem da ministra como esteio administrativo e estratégico do Planalto, cumprindo papel da maior importância, tendo em vista a notória impaciência do presidente Lula com o dia a dia do governo. Salta aos olhos que o agravamento da crise vem tornando tal papel ainda mais extenuante do que já era. É dessa perspectiva que se deve avaliar a dupla jornada que agora se espera da ministra-chefe da Casa Civil. Quem quer que tenha acompanhado sua agenda de compromissos político-eleitorais nas últimas semanas bem sabe que é humanamente impossível conciliar tal maratona com a dedicação que, supõe-se, o bom desempenho das funções que lhe cabem no Planalto exige. É o próprio governo fragilizando ainda mais seu ponto mais vulnerável: a deficiente tripulação com que efetivamente conta para atravessar a grave crise que o País tem pela frente.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.